

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.369 - PE (2019/0313814-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : ASSOCIACAO DE MORADORES DO RESIDENCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO
ADVOGADO : IVONY DOURADO DOS SANTOS - PE025034
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : HUMBERTO BARRETTO URQUIZA E OUTRO(S) - PE019930
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : CONSTANTINI CONSTRUCOES LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - MICROEMPRESA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (FAIXA I). VÍCIOS CONSTRUTIVOS. LEGITIMIDADE ATIVA DA ASSOCIAÇÃO. DISPENSA DO REQUISITO TEMPORAL. RELEVÂNCIA DO INTERESSE SOCIAL. DIREITO À MORADIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Associação de Moradores do Residencial Nossa Senhora da Conceição, com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou provimento ao recurso de apelação, por maioria de votos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 153):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEI 7.347/1985. REQUISITO DE CONSTITUIÇÃO HÁ PELO MENOS UM ANO. NÃO PREECHIMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO INTERESSE SOCIAL PERSEGUIDO. ILEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Caso em que a Associação autora fora constituída três dias antes da propositura da presente ação civil pública, cuja pretensão é a condenação solidária das demandadas ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, em razão de defeitos físicos nos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida.

2. A teor do que dispõe o art. 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei nº 7.347/1985, são legitimadas para a propositura da ação civil pública as associações constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que inclua, entre os seus objetivos, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Superior Tribunal de Justiça

2. É verdade que o § 4º, do art. 5º, em referência, inseriu uma exceção à regra, eis que facultou ao juiz dispensar o requisito da pré-constituição nas hipóteses em que haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. Contudo, no caso concreto, do que se colhe dos autos, a tutela perseguida pela autora em favor dos seus associados é de interesse exclusivamente privado e de natureza patrimonial, atinente a questões pontuais, decorrentes de supostas avarias em imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida, identificadas depois que foram entregues as moradias aos destinatários finais.

3. Daí porque decidiu com acerto a sentença de primeiro grau de jurisdição ao interceptar a inicial ante a configurada ilegitimidade ativa da parte autora, dado que ausente um dos requisitos de admissibilidade, bem assim ante a falta de demonstração de manifesto interesse social, a justificar a dispensa do requisito temporal de pré-constituição.

4. Apelação desprovida.

Nas razões do recurso especial, a associação alega sua legitimidade para ajuizamento de ação civil pública, em razão de vícios construtivos nos imóveis adquiridos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, por mais de 500 (quinhentas) famílias de baixa renda (Faixa I), em situação de extrema vulnerabilidade jurídica, o que comprova a existência de direito individual homogêneo.

Aduz, ainda, estar justificada a dispensa do requisito de constituição mínima de pelo menos 1(um) ano, em razão do interesse social.

Contrarrazões apresentadas às fls. 57-67 (e-STJ).

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

No presente caso, o Tribunal de origem concluiu pela ilegitimidade ativa da associação, pela ausência de demonstração de manifesto interesse social, apto a justificar a dispensa do requisito temporal de pré-constituição.

No entanto, constata-se que o objetivo da ação coletiva envolve o direito à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal como direito fundamental, conforme se extrai do trecho do voto vencido proferido pelo Desembargador Federal Leonardo Carvalho (e-STJ, fl. 151):

Superior Tribunal de Justiça

É dispensável o requisito temporal da associação (pré-constituição há mais de um ano) quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico a ser protegido, nos termos do art. 5º, inciso V, da Lei 7.347/85.

Ao exigir que a associação seja constituída há pelo menos um ano para que possa propor ação civil pública, a lei busca desestimular a instituição de associações destinada apenas a propor ações com objetivos outros que não a defesa séria e comprometida dos interesses transindividuais que deveria tutelar.

Depreende-se, no presente caso, que a Associação autora ajuizou a presente ação após três dias da data de sua constituição, manifestando o interesse social evidenciado pela dimensão do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido, porquanto a ação coletiva cuida do direito à moradia foi elevado à categoria de direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 64/2010, que alterou o caput do art. 6º da Constituição para adicioná-lo em seu texto:

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Nos termos do parecer do Parquet:

"O direito à moradia consiste na garantia do espaço físico adequado para a pessoa viver com intimidade e privacidade com sua família, com um mínimo de saúde e bem estar, sem o qual a pessoa não terá assegurada a sua dignidade. Como direito fundamental, o direito à moradia possui dimensão negativa, de direito de defesa que impõe seu respeito e a inviolabilidade pelo Poder Público e por particulares, e dimensão positiva, que é objeto desta ação, como direito à prestação, segundo a qual o Estado se obriga a propiciar progressivamente condições materiais para a implementação desse direito dos indivíduos.

O direito social em tela assume especial relevo no Brasil, onde o déficit habitacional atinge grande parte da população, que não tem residência própria, ou possui sem condições adequadas, em áreas de risco, sem saneamento básico etc. O Poder Público promoveu, ao longo dos anos, diversas políticas públicas para fornecer ou facilitar a aquisição de residências para a população. Atualmente, um dos principais programas destinados à garantia do direito à moradia é o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal." Cabível, assim, na espécie, a dispensa do requisito de constituição da associação há pelo menos um ano para ajuizamento da ação coletiva.

Nesse sentido (sem grifo no original):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITO À MORADIA. FAVELA DO VIETNÃ. CENTENAS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS INDISPONÍVEIS.

LEGITIMIDADE ATIVA.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública proposta com a finalidade de promover a desocupação de residências de famílias em situação de risco, na Favela do Vietnã, ao longo do Córrego Água Espraiada, e seu posterior alojamento em área apropriada.
2. Conforme descreve o acórdão recorrido, "os documentos juntados aos autos comprovam a existência de famílias morando em áreas de risco em discussão, que as habitações foram construídas de maneira irregular, sem qualquer fiscalização, cujo dever compete ao Município" (fl. 835). Ficou consignado ainda que "a Municipalidade, mesmo ciente da situação da Favela do Vietnã, deixou que no local fossem instaladas centenas de famílias e tal fato só demonstra o descaso com que o poder público vem tratando a questão" (fl. 836).
3. **O objeto da Ação Civil Pública proposta é a tutela dos direitos à moradia e à vida digna, os quais se apresentam como direitos individuais homogêneos de indiscutível caráter social e indisponível (arts. 1º, III, 3º, III, 5º, caput, e 6º da CF).**
4. A jurisprudência do STJ é pacífica quanto ao reconhecimento da legitimidade ativa do Parquet para a defesa de interesses individuais homogêneos indisponíveis (EREsp 1.192.281/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe 25/11/2015; REsp 1.120.253/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/10/2009; AgRg nos EDcl no REsp 1.186.995/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 10/12/2014).
5. Recurso Especial não provido.
(REsp 1666237/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 09/10/2017)

Portanto, caracterizada está a relevância do bem jurídico a ser protegido, apto a dispensa o requisito temporal de pré-constituição da associação.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO CIVIL. DIREITO DE INFORMAÇÃO. GLÚTEN. LEGITIMIDADE ATIVA. REQUISITO TEMPORAL. DISPENSA. POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 12/01/2012. Recurso especial interposto em 13/05/2013 e atribuído a este gabinete em 26/08/2016.
2. Cuida-se de ação civil pública com a finalidade de obrigar empresa a veicular no rótulo dos alimentos industrializados que produz a informação acerca da presença ou não da proteína denominada glúten.
3. Em observância aos princípios da economia processual e efetividade da jurisdição, deve ser reconhecida a legitimidade ativa da associação que complete um ano de constituição durante o curso do processo.
4. É dispensável o requisito temporal da associação (pré-constituição

Superior Tribunal de Justiça

há mais de um ano) quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico tutelado.

5. É fundamental assegurar os direitos de informação e segurança ao consumidor celíaco, sob pena de graves riscos à saúde.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1443263/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 24/03/2017)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para anular a sentença e determinar o retorno dos autos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

